DESENHANDO CORPOS-TERRITÓRIOS: PERTENCIMENTO, CUIDADO E PRODUÇÃO DE COMUNS ENTRE MULHERES DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

SKETCHING BODY-TERRITORIES: BELONGING, CARE, AND PRODUCTION OF COMMONS AMONG WOMEN OF TRADITIONAL PEOPLES AND COMMUNITIES

Lívia de Rezende Cardoso[1]

Luísa Horn de Castro Silveira[2]

Michele de Freitas Faria de Vasconcelos[3]

Resumo: O artigo discute a utilização da metodologia de mapeamento dos corpos-territórios junto a mulheres de povos e comunidades tradicionais de Sergipe. Ao radicalizar a indissociabilidade entre a defesa do território contra a expropriação e a devastação neoliberais, e a defesa dos corpos contra violências misóginas e patriarcais, acompanhamos mulheres através de desenhos de suas vivências territoriais, dores e alegrias, lutas e pertencimentos. Por meio dos desenhos, a metodologia evidenciou a produção de comuns entre as mulheres, a ênfase no cuidado coletivo, o compartilhamento de práticas de resistência, a articulação entre corpo-território e território existencial, além da ideia de corpo como território movente de mulheridades.

Palavras-chave: Corpo; Território; Mulheres; Cuidado; Comum.

Abstract: This article discusses the use of the body-territory mapping methodology with women from traditional peoples and communities in Sergipe. Radicalizing the inseparability of the defense of territory against neoliberal expropriation and devastation and the defense of bodies against misogynistic and patriarchal violence, we accompany women through drawings of their territorial experiences, their pain, struggles, and sense of belonging. Based on the drawings, the methodology highlighted the production of commons among women, the emphasis on collective care, the sharing of resistance practices, the articulation between body-territory and existential territory, and the idea of the body as a moving territory of womanhood.

Keywords: Body; Territory; Women. Care; Common.

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

1 Doutora em Educação, Conhecimento e Inclusão Social – Universidade Federal de Minas Gerais; Professora Associada - Universidade Federal de Sergipe; E-mail: liviacardoso@academico.ufs.br; ORCID: https://orcid.org/0000-0003-3331-6661.

2 Doutora em Psicologia Social e Institucional - Universidade Federal do Rio Grande do Sul; E-mail: luisahsilveira@gmail.com; ORCID: https://orcid.org/0000-0001-6706-922X.

3Doutora em Educação - Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Professora Associada - Universidade Federal de Sergipe; E-mail: michelevasconcelos@hotmail.com; ORCID: https://orcid.org/0000-0002-9013-6352.

Introdução: territórios de vida

> *Uma menina e um menino brincam com conchas entre águas do rio e do mar. Que som é esse que a concha guarda? Que som é esse de movimento do mar? Ela diz que é a conversa das ondas, ele que é história da maré. Outra menina movimenta o diálogo: é segredo, segredo que só menina, mãe e avó podem contar: a concha guarda segredo, da maré, do mangue, das vozes da memória marisqueira*[4].

O que pode um corpo feito de carne, osso, águas de rio e de mar, conchas, ondas e memória? O que pode um corpo que movimenta sua "natureza" de compostos, vozes, lama, segredos e ancestralidade? O que pode um corpo exalante de mangues, poroso de contações e criador de vidas a proliferar nesse mundo devastado que é o nosso? Com essas questões, propomos pensar mulheridades que se constituem com seus territórios e constroem vias comuns de luta, cuidado e resistência. Radicalizamos a aposta na indissociabilidade entre corpo e território — ambos expropriados pelo capitalismo, pelo colonialismo, pelo patriarcado e pelo racismo. Afinal, são aquelas que vivenciam o entranhar de suas carnes com as raízes aéreas do mangue, os troncos, os ventos, os siris e as conchas que primeiro sentem os efeitos da degradação psicossocioambiental e se levantam na proteção dos territórios.

"Pensamos no corpo como nosso primeiro território e reconhecemos o território em nossos corpos: quando os lugares em que habitamos são afetados, nossos corpos são afetados, quando nossos corpos são afetados, os lugares em que habitamos são violados" (Cruz *et al*., 2017, p. 7, tradução nossa). O território constitui, então, "o organismo físico, psicoemocional, mental e espiritual das mulheres, assim como as florestas, a fauna e a flora e as águas são mantidas pelos seus corpos. Ambos, corpo e território, vivem em profunda relação de codependência ecológica" (Coradin; Oliveira, 2024, p. 3). Por intermédio dessa relação, mulheres de comunidades tradicionais manifestam adoecimentos de si mesmas e da Terra.

Perspectivado desse modo, este artigo busca provocar reflexões em torno dos elos entre corpos, territórios e enfrentamentos coletivos às violências suscitadas nos encontros formativos entre mulheres de luta e de comunidades tradicionais de Sergipe. O foco foi mapear corpos-territórios

4 Esse trecho e todos os outros que abrem as seções deste artigo pertencem ao livro Guardiãs do Mangue: memória marisqueira (2025) de autoria do Movimento das Marisqueiras de Sergipe. Uma obra coletiva que narra os modos de vida nos territórios de mulheres marisqueiras.

com base na metodologia formulada pelo *Colectivo Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo*, grupo formado por movimentos feministas indígenas e campesinos na América Latina. O coletivo propõe o desenho dos corpos-territórios como um processo político-pedagógico entre mulheres de territórios afetados por mineração, desmatamento, militarização e outras formas de expropriação (Cruz *et al*., 2017). Com a finalidade de conhecer os múltiplos impactos que assolam o contexto de suas comunidades e de identificar as estratégias comuns de resistência, utilizamos tal metodologia junto a mulheres marisqueiras, quilombolas, agricultoras, indígenas, negras, de terreiros e de coletivos urbanos — algumas delas, estudantes universitárias — de diferentes faixas etárias. Durante o processo de desenho de seus corpos-territórios, elas compartilharam dores, sonhos, violências, medos, ofícios, militâncias, resistências, cuidados, memórias, escritas e invenções de si.

Esses desenhos foram propostos no contexto de diferentes ações do Observatório Popular das Violências e pela Vida das Mulheres de povos e comunidades tradicionais de Sergipe (OpopVida/UFS). Instalado em 2019 por mulheres de movimentos sociais e acadêmicas ativistas, sob inspiração do Observatório Regional de Equidade em Saúde segundo Gênero e Povo Mapuche, da Universidade de La Frontera, o OPopVida tem se constituído como um espaço de luta socioambiental entre mulheres, tramado com e por meio do Movimento das Marisqueiras de Sergipe (MMS).

> Um caldo alquímico de fazeres e saberes de mundos divergentes e ao mesmo tempo emaranhados em diálogo respeitoso entre movimentos sociais e coletivos organizados de mulheres, entre mulheres de comunidades tradicionais e mulheres na academia para enfrentamentos às violências na luta pelos (nossos) corpos-territórios de vida. Espaço de luta que se verte em cuidado comunitário. Espaço de luta e de cuidado que se fortalece pelo escambo entre saberes concretos de resistência que aproximam conhecimento e criação coletiva. Espaço de produção de conhecimento colaborativo (Vasconcelos, Cardoso, Lazzarotto, 2024, p. 78).

Diante do rompimento de qualquer possibilidade de mundo compartilhado (Stengers, 2023), tomamos o OPopVida como um espaço de experimentação cosmopolítica e de cultivo de comuns. Descrentes da moderna promessa de progresso desenvolvimentista que não nos salvou (Latour, 2020), compomos "uma política de fazer mundos, preocupada com os processos pelos quais um mundo se realiza ou é tornado existente" (Blaser, 2018, p. 23) e confabulamos "uma nova *libido sciendi* fundamental tanto para reorientação quanto para reinvenção dos afetos políticos" (Latour, 2020, p. 82). Estamos a tramar uma universidade-mangue (Vasconcelos; Cardoso;

Lazarotto, 2024); uma ciência, uma política e um cuidado feministas (Vasconcelos; Lazarotto; Paulon; Oliveira, 2022).

Em tempos de um neocolonialismo e de um ultraextrativismo disfarçados de desenvolvimento (Federici, 2019), que empobrecem mulheres, crianças e a diversidade socioambiental (Mies; Shiva, 2021), mulheres insistem em colocar a expansão da vida no centro (Cabnal, 2010). Reside nisso o argumento de que mulheres são duplamente violadas quando inseridas em territórios degradados e expropriados.

> Estamos assistindo a uma escalada da violência contra as mulheres, especialmente afrodescendentes e indígenas, porque a "globalização" é um processo político de recolonização destinado a entregar ao capital o controle inquestionável sobre a riqueza do mundo natural e o trabalho humano e isso não pode ser alcançado sem atacar as mulheres, que são diretamente responsáveis pela reprodução de suas comunidades. Não surpreende que a violência contra as mulheres tenha sido mais intensa naquelas partes do mundo (África subsaariana, América Latina e Sudeste Asiático) mais ricas em recursos naturais e agora mais valorizadas para especulações comerciais, onde a luta anticolonial tem sido mais forte. Maltratar as mulheres é útil para os novos "cercamentos" (Federici, 2019, p. 94).

Contudo, na dança das marés, são elas que insistem em cirandar com suas crias e criações na labuta da reprodução da vida e do ofício, que sentem a fome do marisco não coletado pela contaminação das águas e leem os sinais de um mangue a anunciar as mutações climáticas. Diante da escassez de sustento, muitas modificam ou perdem seus modos de vida tradicionais ao se submeterem a serviços externos à comunidade, sofrendo o agravamento de violências múltiplas e intensificando o trabalho de cuidado daqueles/as que adoecem nessas águas ou que se perdem na busca por outras 'rendas' — muitas vezes associadas ao mercado das drogas. Está marcado no corpo delas tudo aquilo que se passa em seus territórios. Estão cada vez mais destruídos os territórios em que se violentam mulheres, se despojam relações comunitárias e se desapropriam existências.

As mulheres enfrentam inúmeras violências sexuais e de gênero, sobrecarregam-se de trabalhos produtivos, sociopolíticos e domésticos e, ainda assim, constroem modos de resistência que fortalecem a saúde de seus corpos-territórios. Elas atuam diretamente na produção de práticas de resistência cotidianas e coletivas no plano territorial. Mantêm e ampliam capacidades de andar a vida e de manifestar a vida, desde seus corpos-territórios e com o corpo-território da Terra (Coradin; Oliveira, 2024). Essa resistência passa necessariamente por um esforço de reapropriação coletiva

da capacidade de criação para, com ela, construir o comum, definido aqui como força vital de cooperação e invenção; ou, dito de outro modo, "o campo imanente da pulsão vital de um corpo social quando a toma em suas mãos de modo a direcioná-la à criação de modos de existência para aquilo que pede passagem" (Rolnik, 2018, p. 33). "É da reapropriação desejante e ontológica que pode resultar um desvio coletivo" (Rolnik, 2018, p. 34). Modos de existência mulheris em retomada[5] desenham-se, pedindo passagem.

1. Metodologia: corpo-território

> *Somos do mangue, vivemos um dia a dia mais feliz quando estamos na maré. Quem conhece nossa sensação cuida da natureza, cuida do manguezal. Nossa tarefa, cuidar da natureza, é como cuidar do nosso próprio corpo.*

Sensação-cuidado-natureza, conjugados, ensaiam uma definição para a experiência coletiva do corpo que habita o mangue. Isso faz pensar que "cada corpo nunca é só um, mas o é sempre com outros e com outras formas não humanas" (Gago, 2019, p. 107). Uma expressão que evoca também a premissa de que o cuidado coletivo é continuamente afeito à defesa, destacando-se, em especial, "o papel desempenhado pelas mulheres na defesa da riqueza comunitária" (Federici, 2022, p. 177).

Nessa parte do artigo, almejamos narrar duas ações do OPopVida junto a mulheres que lutam para manter vivos seus corpos-territórios. Mais especificamente, propomos analisar os efeitos da prática de mapear seus corpos-territórios por meio do desenho e do compartilhamento de violências, enfrentamentos, cuidados, saberes e estratégias de luta. Conforme o guia elaborado pelo Coletivo Miradas Críticas (Cruz *et al*., 2017), essa ferramenta técnica e metodológica, também chamada de "cartografia corporal", é embasada na educação popular feminista e visa retomar a sabedoria ancestral de que nossos corpos se compõem de sensibilidade e memória; são guiados pela sensibilidade, e não pela razão instrumental; e se tecem em envolvimento com outros viventes — corpo-composto, corpo-*humisidade*, diria Donna Haraway (2023). "O mundo vive efetivamente em nosso corpo e nele produz gérmens de outros mundos", diria Suely Rolnik (2018, p. 55). Dessa forma, mesmo aqui, em meio às ruínas, podemos proliferar vidas.

No corpo, carregamos marcas daquilo que ocorre na terra, nas águas e nos viventes com os quais coabitamos; também é nele que ocorrem dobras

5 Como diria Isabelle Stengers (2023), inspirada nas bruxas e ativistas neopagãs, especialmente na bruxa Starhawk, como também nos movimentos indígenas.

e pontos de virada. Ao nos dedicarmos à tarefa de desenhar um mapa do território a partir do próprio corpo, percebemos como as violências sobre o território deixam marcas nesses corpos, ao mesmo tempo que as dores sentidas no corpo se conectam com invasões mais amplas. O contexto em que atuamos na costa do litoral sergipano, por meio do OPopVida, é altamente marcado pela exploração de petróleo, o que impacta físico e quimicamente as águas, a fauna e a flora locais, impelindo a modificação de modos de vida tradicionais pela escassez do pescado e dos mariscos. Essa exploração promove, ainda, a chegada de outros sujeitos às comunidades, com diferentes níveis de capital, expropriando, modernizando e capitalizando, o que causa dependência salarial em muitas famílias e o subsequente des-envolvimento — a desconexão com a terra, o mar e seus viventes (Bispo, 2018).

Nesses territórios, é crescente o agravamento das violências contra mulheres e crianças, os humanos mais vulnerabilizados quando há impacto socioambiental. É recorrente que as crianças fiquem confinadas em suas casas ou em pequenos espaços do terreno doméstico quando estão sob pouca supervisão. Não podemos esquecer que essas mulheres precisam, muito mais que antes, destinar muitas horas à maré, pois a coleta de mariscos e pescados em áreas degradadas tem sido cada vez mais escassa. O medo constante decorre também da urbanização que vai chegando, do risco de abuso, da violência sexual, do rapto de crianças e do movimento intensificado nas estradas que cortam os povoados. As mulheres mapeiam alguns dos agentes dessas violências, mas temem enfrentamentos diretos na comunidade. E seguem criando possibilidades de apoio entre si, à medida que gênero, raça, classe e impacto ambiental se interseccionam.

O próprio Plano de Avaliação e Revisão da Mitigação de Impactos Ambientais (PARMIS)[6] em comunidades costeiras exploradas pelas empresas de petróleo e gás reconhece a intensificação e a diferenciação das vulnerabilidades em um mesmo grupo social. Além do alijamento político, da destituição de acesso à renda, aos bens e serviços públicos, da maior dependência do ambiente e do racismo ambiental, o plano cita os seguintes marcadores apontados pelos projetos de mitigação financiados: "desvalorização profissional; exclusão de gênero e geracional; exclusão digital; falta de informação e formação; misoginia; patriarcado; perda do território; e preconceito racial e cultural" (Mello; Rosa; Pierozan, 2023, p. 24). Na boca das mulheres marisqueiras, o que o PARMIS aponta ganha

6 É uma iniciativa de pesquisa que analisa as ações desenvolvidas por Projetos de Educação Ambiental (PEA) mitigatórios dos impactos socioambientais da indústria de petróleo e gás nos municípios do Sudeste brasileiro, uma exigência da política de licenciamento ambiental do país.

contornos mais bem definidos quando, por exemplo, nas escolas, meninas filhas de marisqueiras são discriminadas e segregadas por colegas de classe; ou quando as próprias professoras, na maioria das vezes vindas de fora das comunidades, "aconselham" que essas meninas estudem para deixar seus modos de vida, tomados como retrógrados. Os saberes populares de suas mães e avós, com suas onto-epistemes diversas do mundo moderno, são também desvalorizados no ambiente escolar.

Outra nuance que atravessa essas mulheres e que é pouco reconhecida pela política ambiental do nosso país refere-se à violência político-ambiental de gênero. Muitas mulheres acompanhadas pelo OPopVida são lideranças em suas comunidades ou em coletivos e movimentos sociais. Seus corpos são a linha de frente no combate aos destruidores dos territórios e sofrem, recorrentemente, ameaças — agressões físicas, sexuais, patrimoniais e psicológicas — contra suas vidas e as de seus familiares. "A negação das mulheres como sujeitos políticos, descortinada pelo fato de terem que lutar pelo direito de serem categorizadas como 'atingidas', e a apropriação da temática de gênero pelas corporações extrativistas demonstram como as desigualdades de gênero são reforçadas" nos territórios atingidos (Paim, Furtado, Faustino, 2024, p. 39).

A correlação intrínseca entre corpo e território constitui uma chave de leitura para análises estruturais das explorações coloniais, capitalistas, racistas e patriarcais. Essa inter-relação auxilia a "entender as motivações que as mulheres das florestas, dos campos e das águas acionam para construir a sua saúde, desde seus coletivos comunitários e territórios de vida" (Coradin; Oliveira, 2024, p. 3). Dito de outro modo, tal metodologia também ajuda a pensar marcas corporais-territoriais em coengendramento na criação de modos de existência e na reapropriação desejante, bem como em formas de resistência e produção de um saber-do-corpo-em-comum:

> "o que estou chamando de marca são exatamente estes estados inéditos que se produzem em nosso corpo, a partir das composições que vamos vivendo. Cada um destes estados constitui uma diferença que instaura uma abertura para a criação de um novo corpo" (Rolnik, 1993, p. 2), para a retomada e a invenção de um corpo-território de mulheridades.

Por meio do manejo metodológico, objetiva-se tecer elos entre corpos, lutas e territórios diversos, articulados pela categoria "tradicional" que aqui estamos, junto com elas, a retomar; tornar visível como as opressões (racismo, machismo, colonialismo) impactam os corpos das mulheres; e promover cuidado e autonomia corporal e comunitária. Afasta-se, contudo, a

ideia de autonomia e sua aparente semelhança com a de independência, para pensar a autonomia como um emaranhado de dependências (Wandekoken, Dallbello-Araújo, Sodré, 2021), pois nossas existências — rasteiras, terrestres — tecem-se em teias altamente complexas e, quanto mais ampla nossa rede de dependências, melhor nossa saúde e mais forte nossa resistência.

Assim, o mapeamento dos corpos-territórios deu-se em duas ações do OPopVida, ocorridas no primeiro semestre de 2025. A primeira delas ocorreu entre mulheres marisqueiras de diferentes territórios costeiros que se reuniam para pensar modos de enfrentamento às violências sexuais e de gênero que acometem estruturalmente jovens de comunidades. Nesse encontro, que ocorreu no povoado de uma dessas marisqueiras, estavam presentes seis mulheres, que foram convidadas a participar da atividade por serem mães de adolescentes vinculados a um dos projetos desenvolvidos pelo OPopVida em 2025, momento em que o tema da violência sexual emergiu como prioridade junto a esse grupo de jovens, devido a uma violência sofrida por uma dessas adolescentes. A metodologia do desenho do corpo-território foi uma das vias utilizadas em uma série de encontros com essas mesmas mulheres, promovendo um espaço de acolhimento e reflexão em grupo diante dos efeitos da violência sofrida. O segundo momento foi oportunizado em uma das aulas do curso de "Justiça de gênero, territorial e climática: formação de escutadeiras, defensoras populares dos corpos-territórios", composto por mulheres de movimentos sociais urbano-periféricos e campesinos, de terreiro, das águas, de quilombos, sobreviventes do cárcere, de comunidades tradicionais e de povos originários. O curso contava com a participação de 25 alunas, que foram selecionadas para fazer parte da formação por meio de divulgação aberta, voltada especificamente para mulheres de povos e comunidades tradicionais e/ou lideranças de movimentos sociais de Sergipe. A duração total do uso da metodologia nas duas ocasiões citadas foi de em torno de quatro horas, somando desenho e discussão em roda.

Quanto aos aspectos éticos, os resultados apresentados neste artigo são fruto de intervenções político-pedagógicas que fizeram parte do escopo de ações desenvolvidas pelo OPopVida, cuja finalidade é formar-escutar-cuidar-intervir-produzir conhecimentos com as participantes envolvidas, e não a produção de dados *a priori*. Desse modo, a análise aqui realizada está mais próxima de um relato de experiência, que dispensa autorização de comitê de ética (Resolução CNS nº 510 de 2016, art. 1º, inciso VIII), desde que seja assegurado o anonimato das participantes. Ressaltamos que todas as informações derivadas dos mapas do corpo-território serão apresentadas abaixo em uma leitura coletiva, sem identificar informações pessoais das autoras dos desenhos. Da mesma forma, as imagens selecionadas revelam

apenas os desenhos, e não fotos das participantes das atividades.

2. Resultados: o saber do corpo-território

Na primeira ocasião citada, ao grupo de seis mulheres (mães), foi solicitado que cada uma delas produzisse seu mapa, ou seja, foi proposta uma cartografia corporal individual. Houve, como instrução inicial, o pedido de que desenhassem um corpo e que nele dispusessem o seu território. Distribuímos cartolina, pincéis e giz de cera coloridos. Ao solicitarmos que pensassem nos espaços que habitavam diariamente, lançamos as questões: onde tais espaços estão localizados naquele corpo? Onde colocar os caminhos? E o rio? O mar? A mata? Após desenharem, cada participante apresentava seu mapa, seu território e sua luta em uma roda de conversa.

Figura 1: Conjunto de desenhos cartografados pelas seis mulheres participantes e dispostos ao centro, após a atividade

A representação das águas foi predominante; elas fluíam, em quase sua totalidade, na região do ventre nesses corpos, ainda que as participantes não mencionassem o motivo para tal. As águas também estavam nos pés, e elas justificavam que é das águas que tiram o sustento da vida, assim como seus pés lhes dão sustentação. Nas pernas, encontramos muitas estradas e meios de locomoção, como a moto. Fomos lembradas de que suas comunidades estão quase sempre em regiões rurais, isoladas de outros povoamentos, e precisam percorrer muitos caminhos para encontrarem outras comunidades e terem acesso a serviços de saúde e educação. O coração foi o lugar dos afetos, sobretudo dos filhos e maridos, mas igualmente território do medo e das aflições frente às violências que as assolam: juntamente com a

expropriação territorial, o narcotráfico invade suas comunidades, tomando especialmente a vida dos homens. Uma delas, inclusive, desenhou-se esperando seus filhos nessas estradas e fez menção ao medo de perdê-los por precisarem andar sozinhos. O medo estava também na cabeça, roubando todos os pensamentos e a saúde mental. O medo esteve ainda como um "frio na barriga", desenhado como uma névoa na região do estômago que envolvia tudo aquilo que invadia seu território: cercas nos manguezais, carcinicultura e plantações de eucalipto. O trabalho nas águas e na agricultura apareceu sempre muito colorido e detalhado, indicando a articulação entre labor e cuidado em suas vidas, e ocupando boa parte da alegria em suas falas. A luta coletiva pelos territórios foi representada por uma parte dessas mulheres com desenhos que indicavam uma ciranda ou pessoas de mãos dadas, incluindo-se aí crianças e mulheres, principalmente.

No segundo momento de utilização da metodologia de mapeamento dos corpos-territórios, com a turma de 25 alunas, a proposta foi a de produzir, em subgrupos, um desenho coletivo. Para tanto, pedimos que as participantes se agrupassem a partir das similaridades de seus territórios e obtivemos a seguinte configuração: mulheres indígenas, mulheres das águas, mulheres de terreiro e de coletivos urbano-periféricos, e mulheres do norte sergipano. Distribuímos quatro papéis *kraft*, pincéis e canetinhas coloridas. Solicitamos que contornassem o corpo de uma das companheiras e, em seguida, desenhassem nele o que está acontecendo com seus corpos e seus territórios; que indicassem os lugares onde se sentem inseguras, onde se encontram violências, dores e raivas. Existem conflitos? Como afetam esse corpo? E ainda: nesse corpo, onde encontramos as nossas lutas? Nosso grito, ou palavra, ou canção? Onde surge a criação? Onde se dá o encontro com a outra para lutar?

Figura 2: Desenho do corpo-território cartografado pelas mulheres indígenas que participaram da atividade

O corpo-território das mulheres indígenas foi circunscrito por um corpo-espírito de diferentes texturas que dá significado aos sentidos. Em seu coração, estão as matas, as serras e as águas. Em uma das pernas, sobe uma cobra enrolada, evocando o saber sobre a origem da vida dos povos originários. As pinturas estão presentes ao longo de um dos lados do corpo.

A cabeça está povoada por preocupações: racismo, colonização, medo, dor, genocídio e desenvolvimento. Um grande e único olho está ao centro da testa. A maraca está ao centro do ventre e foi citada como seu instrumento de escuta.

Figura 3: Desenho do corpo-território cartografado pelas mulheres de terreiro e coletivos urbanos que participaram da atividade

O corpo-território das mulheres de terreiro e de coletivos urbano-periféricos teve o predomínio das folhas, com ramos que saíam de seu orí (cabeça), contornavam o corpo e enraizavam-se nos pés, indicando uma

sabedoria das folhas no cuidado que envolvia todo o corpo e que sustenta o caminhar na vida. Nas regiões dos ouvidos, havia uma delimitação em vermelho, como um pequeno território, que emanava um envoltório até a região do ventre. Ali, emaranhavam-se fios pretos com as palavras: escuta, encolhe e acolhe. Essas mulheres indicaram que uma escuta ativa é sentida do ventre aos ouvidos.

Figura 4: Desenho do corpo-território cartografado pelas mulheres das águas que participaram da atividade

O corpo-território das mulheres das águas possuía um córrego de água em cada uma das pernas, o qual se encontrava com o mangue desenhado nos pés. Ali, fortes raízes saltavam do solo. No outro extremo, o rio se ramificava em caminhos finos que passavam por todo o corpo, flechando, em algum ponto, o coração. Este órgão vital estava rachado e os olhos, marejados. Como nuvens em volta da cabeça, estavam as palavras: saúde mental, liberdade, amor-próprio, companheirismo e perdão. Nas palmas das mãos, havia desenhos de cirandas e siglas de movimentos sociais parceiros.

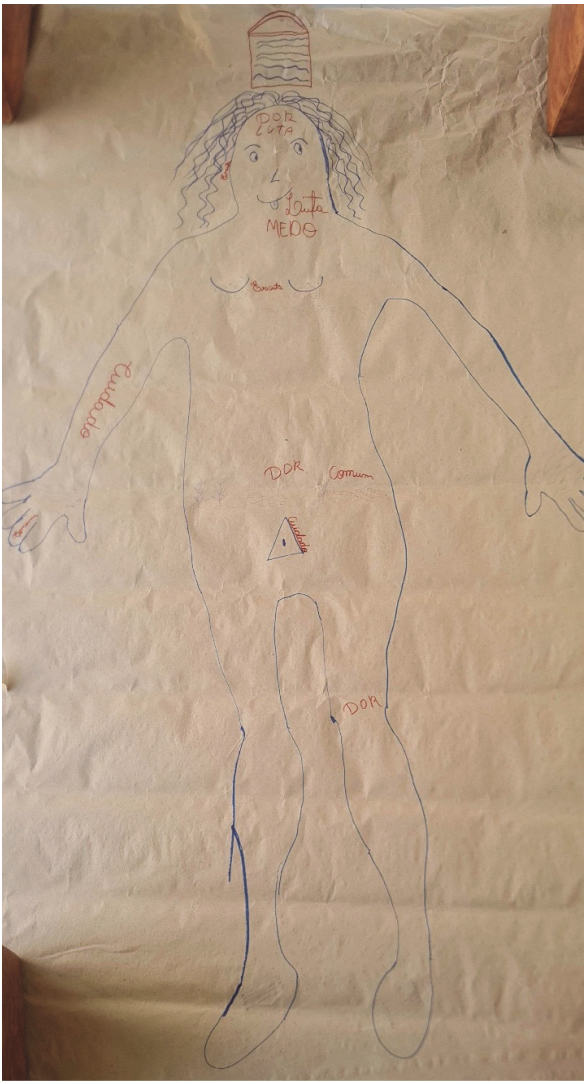

Figura 5: Desenho do corpo-território cartografado pelas mulheres do norte do Estado que participaram da atividade

O corpo-território das mulheres do norte sergipano tinha um balde na cabeça e lenha nos pés — corpos marcados pelos seus ofícios. A palavra "dor" estava espalhada pelo corpo, e a luta, na boca e na cabeça. Demoraram muito para conseguir pensar onde situar o cuidado e, depois de muito tentar, escolheram colocá-lo nos braços, indicando que cuidam mais do que são cuidadas. A vulva também estava ali, sinalizando o cuidado de si. Na palma de uma das mãos, estava escrito "comum", como algo que se dá e se recebe. As matas e as roças estavam bem detalhadas no ventre, e os rios, em suas mãos, simbolizando a pesca artesanal.

3. Discussão: mapas, memórias e estórias mulheris

> *Uma mãe com 6 filhos sai para pescar que nada ela tinha para eles sustentar. Ao chegar no mangue, minha mãe intercedeu ao pai do céu para esta mãe companheira que ia chorando e chorando botando os pés no mangue. Ô Pai, ô Pai ... E ele ouviu as preces dela a abençoou com uma linda Carapeba. Ela chorou, chorou... Gritava: obrigada minha mãe, obrigada meu pai, por mandarem meu alimento pros meus filhos que deixei em casa sem nada.*

Foi possível observar que, nas duas atividades de mapeamento, as mulheres trazem elementos da vida, do trabalho e das lutas em sincronia com os acontecimentos e os viventes de seus territórios. Além disso, há uma articulação com práticas feministas comunitárias e coletivas, ligadas à vida cotidiana das mulheres em suas comunidades. Ficou evidente que, quando nos mapeamos, surgem feridas, marcas, memórias, conhecimentos... Quando narramos, expressamos nossas emoções e produzimos, em ato, comuns entre nós. Nos espelhamos e nos espraiamos, deixamos de nos sentir sozinhas e geramos um pertencimento que ajuda a compor estratégias de luta (Cruz *et al*., 2017). Como na técnica original de cartografia corporal (Cruz *et al*., 2017), o desenho conjunto permitiu que mulheres de territórios semelhantes se dessem conta de lutas e problemas comuns entre elas. Para consolidar essas semelhanças, o debate posterior aos desenhos entrou como espaço para mais uma dobra analítica, no qual expressam e nomeiam seus sentires e os entrelaçamentos de suas lutas, encontrando-se umas nas outras como companheiras para buscar modos de defesa: "nossos corpos-territórios individuais se tornam coletivos" (Cruz *et al*., 2017, p. 42).

Ao fazer uso da metodologia de mapeamento desses corpos-territórios, afirmamos o desejo de tecer e passar adiante o fio de estórias[7] feministas, miúdas, terrestres, locais, anti-heroicas (Ursula Le Guin,1989; Donna Haraway, 2023). Estórias mulheris são recôncavas; guardam memórias como uma folha de mamona, uma cabaça, uma concha, uma rede, uma tipoia, um saco, uma garrafa, um pote, uma caixa ou uma bolsa. São estórias-recipientes.

> Todas nós ouvimos tudo sobre todas as lanças e espadas, as coisas para bater e perfurar e açoitar, as coisas longas e rígidas, mas ainda não ouvimos falar sobre onde se colocam essas coisas, o recipiente onde as coisas são guardadas. Essa é uma nova história. Isso é novidade. E ainda assim antiga. [...] Essa é a Teoria da Cesta da evolução humana. [...] A sociedade, a civilização de que falavam tantos teóricos, era evidentemente a deles, a dos homens; eles a mereciam, eles gostavam dela; eles eram humanos, totalmente humanos, golpeando, apunhalando, empurrando, matando. Mas se aquilo era o necessário para ser humano, fazer uma arma e matar com ela, então, evidentemente, ou eu era um ser humano muito defeituoso, ou nem mesmo humana eu era. É isso mesmo, eles disseram. Uma mulher é o que você é. Possivelmente, nada humana, certamente defeituosa. [...] Mas, se for algo humano colocar o que você quer, porque é útil, comestível ou belo, em uma bolsa, cesto, ou em uma casca ou folha enrolada, ou numa rede tecida com seu próprio cabelo, ou no que você tenha à mão e, em seguida, levar para casa com você, a casa sendo um tipo maior de bolsa [...] onde se pode abrigar pessoas e depois, pegar aquilo que armazenou e comer, ou compartilhar ou mesmo guardar mais um pouco [...] e, no dia seguinte, provavelmente, fazer a mesma coisa de novo — se fazer isso é humano, se for isso o que é preciso, então eu sou humana, afinal. Totalmente, livremente, com alegria, pela primeira vez (Le Guin, 1989, p. 3-4).

Mapear corpos-territórios e acompanhar estórias de mulheres de luta tem se mostrado um modo de resistir à História dos heróis sobre atacar, açoitar, estuprar, expropriar e matar; essa é a História que escondeu nossa humanidade. Contra essa venenosa História do Homem — do humano —, coletar e passar adiante nossas pequeninas estórias de coletoras pode fazer diferença. Na mesma medida em que mulheres catadoras de mangaba, de massunins e aratus têm sido expropriadas de seus corpos, seus territórios e

7 Optamos por essa grafia para assinalar que não se trata de uma narrativa historiográfica atinente à narrativa dos vencedores, a qual tende a comparecer como História universal e generalista. Nosso desejo é encontrar formas de narrar polifônicas, situadas e localizadas, a fim de acompanhar formações históricas abertas. Narrar como uma arte vivaz, uma presença no presente, seguindo seus movimentos.

suas memórias, elas organizam e compartilham modos de resistir pela coleta de memórias e pela tessitura de estórias. "Em muitas partes do mundo, as mulheres têm sido vistas historicamente como tecelãs da memória — aquelas que mantêm vivas as vozes do passado e as histórias das comunidades, que as transmitem às futuras gerações" (Federici, 2019, p. 84). Assim, elas cuidam de si e de seus territórios.

São estórias à beira do mangue, à beira da maré. E "importa quais estórias contam estórias como uma prática de cuidado e de pensamento" (Haraway, 2023, p. 74). Importam estórias de composição com mulheres e seus territórios vivos, estórias mais úmidas e húmus do que humanas — nossas *humisidades* —, coabitando ali onde já não faz sentido nos delimitar como humanidade. Uma compostagem, um "parentesco estranho" (Haraway, 2023) entre mulheres e terras, folhas e águas sergipanas, movimentando-se juntas em um mar de estórias e práticas compartilhadas. No lugar dos heróis, essas estórias contêm pessoas, ou melhor, viventes em compostagem, "redes intrincadamente tecidas que, quando laboriosamente desatadas, contêm um cronômetro imperturbável marcando o tempo de outro mundo; uma história cheia de começos sem fins, de iniciações" (Le Guin, 1989, p. 6).

Se evitarmos o modo linear, progressivo e desenvolvimentista "da Flecha-(assassina)-do Tempo do Tecno-Heroico e redefinirmos a tecnologia e a ciência como, primordialmente, uma cesta de culturas, em vez de uma arma para a dominação" (Le Guin, 1989, p. 6), talvez possamos firmar novos pontos de vista, ou melhor, pontos de vida. Experimentar, no chão, maneiras de tentar descrever o que está acontecendo, o que as pessoas fazem e sentem; fazer frente a essa História político-científica heroica e sua concepção de "natureza", por meio da qual se atribui exterioridade a outros terrestres tomados como objetos. Em sua premissa de conhecer "de longe", desde o exterior, do alto da posição superior do sujeito do conhecimento — este sujeito da razão e do mundo moderno e urbano —, como "único meio de apreender aquilo que conta como realidade" (Latour, 2020a, p. 88). Ao contrário, nosso convite é olhar e sentir as coisas do "interior", contrapondo-nos à posição de que ver as coisas do interior não tem valor, justo por remeter à tradição, ao íntimo, ao arcaico ou ao não-científico.

Essa contraorientação, ainda assim científica, é a de jamais perder a sensibilidade à natureza-processo, retomando e aproximando-nos do que foi chamado de tradicional que, em nosso continente invadido, significa avizinharmo-nos dos povos originários, das mulheres indígenas, camponesas, marisqueiras, erveiras, rezadeiras, parteiras — aquelas que nos ensinam que depender dos ciclos da "natureza" é algo vital; aquelas que nos ensinam que

estamos a acelerar o nosso fim imitando o que nos é externo, civilizado, desenvolvido, europeu, norte-americano, científico e urbano. "As cidades são o coração da reprodução dos modos de vida dominantes, coloniais, modernos, capitalistas" (Ibáñez, 2016, p. 297).

Se os "arquivos" de outros povos, tais como os originários e as comunidades tradicionais — suas cosmologias, onto-epistemologias, atitudes, gestos, rituais e conhecimentos —, ainda tendem a ser considerados como resíduos de antigos e arcaicos modos de vida superados pela modernização, hoje, aqui no fim do mundo, suas práticas — as práticas das marisqueiras, das mulheres quilombolas e indígenas — tornam-se caminhos para aprender como sobreviver num futuro ainda mais catastrófico, o qual, para tais povos e comunidades, para elas, já chegou faz tempo, acirrando-se cada vez mais. Seus conhecimentos, memórias e estórias agora concorrem; pesquisadores não têm mais o poder de desqualificá-los *a priori*. Seus modos de vida insurgem como pontos de sobrevivência em meio às ruínas desse espaço-tempo. Com tais modos de vida "tradicionais-arcaicos", agora em retomada, o Terrestre insinua-se como um Novo Mundo

> "que não se parece em nada com aqueles que os Modernos haviam 'descoberto', e que presumiam de saída estar despovoado. [...] o espírito moderno precisará aprender a conviver com aqueles que, até então, considerava arcaicos, tradicionais, reacionários, ou simplesmente 'locais'" (Latour, 2020, p. 54-55).

Acompanhar, desde "o interior", as marcas corporais-territoriais é um trabalho de investigação que exige envolvimento e que só pode ser feito no campo da própria experiência subjetiva. "Há que se buscar vias de acesso à potência de criação em nós mesmas [e entre nós mesmas]. Um trabalho de experimentação sobre si que demanda atenção constante" (Rolnik, 2018, p. 37). Um deslocamento da política de produção de subjetividade, da produção do pensamento e da relação com o outro, humano e outro-que-humano.

> Pensar e insurgir-se tornam-se uma só e mesma prática. [...] Embora tal prática só possa realizar-se, por princípio, no âmbito de cada existência, ela não se dá isoladamente. Primeiro porque seu motor não começa nem termina no indivíduo, já que sua origem são os efeitos das forças do mundo que habitam cada um dos corpos que o compõem e seu produto são formas de expressão dessas forças – processos de singularização em cada um deles, que se esculpem num terreno comum a todos e o transfiguram. Nada a ver com autoreflexividade, interioridade e assuntos privados [...] tal prática alimenta-se de ressonância

> de outros esforços na mesma direção e da força coletiva que elas promovem – não só por seu poder de polinização, mas também e sobretudo pela sinergia que produzem. [...] Tal ressonância e as sinergias que produzem criam as condições para a formação de um corpo coletivo comum (Rolnik, 2018, p. 38).

Considerações finais

> *Tinha 12 anos, quando comecei a filetar camarão. 40 e tantos anos de profissão, filetando, pescando na beira mar e no estuário para ter meu sustento. Com filho pequeno que vai pra maré. Com filho grande que já tem documento de pescador. Aprendi desde pequena, que pai e mãe eram da maré. [...] E seguiu trabalhando no mangue. Carregou pau de mangue para fazer a casa, onde todos acolheu, e foi ali, na casa de palha de coqueiro que nasceu mais uma menina marisqueira.*

Na direção do que discute Bárbara Flores (2023), diante das catástrofes climáticas, das contaminações das águas, dos solos e dos alimentos, além da expropriação e exploração de mulheres e outros-que-humanos – ambos tomados como recursos "naturais" –, faz-se urgente aproximar o pensamento e o ativismo feministas das discussões ambientais. A luta social deve tornar-se socioambiental, apartando-nos da dicotomia entre humano e natureza. Assim, talvez possamos problematizar essencialismos que ainda costumam cercar nossos modos de pensar, de lutar e de nos entendermos como mulheres e humanas. Tal é o formato da dominação do "Homem" sobre a "Natureza": expropriar e apropriar-se, mais e mais, de corpos e territórios, explorando mulheres também por meio da invisibilização dos trabalhos "de cuidado", tomados como "naturais".

Nessa perspectiva, embasamo-nos no conceito de corpo-território e experimentamos a metodologia do desenho anteriormente exposta. O intuito deste artigo foi apresentar os frutos colhidos desse processo de experimentação junto a mulheres de comunidades tradicionais de Sergipe. Percebemos, como principal contribuição política e epistemológica das práticas de mapeamento corporal, o fato de que elas não se encerram no pensar e no refletir intelectualizados, mas operam transmutações subjetivas, inaugurando novos modos de nos colocarmos no mundo e diante dos problemas, ampliando territórios existenciais pela produção de si na relação com a outra e com o mundo. Auxiliam, assim, a perceber o próprio corpo como território a ser defendido e cuidado e, desse modo, com o próprio corpo em

composição com os territórios e outras mulheres, defender e expandir seus modos de vida mulheris e tradicionais. Em nossas ações, identificamos que essa metodologia reforça a sensação de que o fortalecimento das lutas em defesa dos territórios precisa ser acompanhado da luta em defesa dos corpos das mulheres. "Parte do que nos mostram os relatos é que se nossos corpos não estão bem, pouco vamos poder contribuir com a luta. Por isso devemos voltar atenção à importância de [...] reconhecer que também devemos ser cuidadas" (Cruz *et al*., 2017, p. 42).

Estivemos mapeando outros modos de contar estórias e tra(n)çar caminhos de luta e defesa contra a devastação dos corpos-territórios, que coloquem, sim, o cuidado no centro, mas não de forma essencialista. Destacamos três aspectos, revelados pelos mapas do corpo-território das mulheres vinculadas ao OPopVida, como principais achados dessa intervenção: 1) a grandiosidade dada pelas mulheres às miudezas do cotidiano, conferindo relevância às atividades de manutenção/reprodução da vida, que foram progressivamente subalternizadas em prol da valorização da produção capitalista e da busca desenfreada pelo lucro; 2) as sensações e os sentimentos expressados em seus corpos refletem a ênfase no coletivo — seus medos não são individuais, mas denúncias de problemas estruturais, como a ameaça à vida dos jovens (o uso do masculino aqui foi proposital) das comunidades, devido à penetração do narcotráfico em populações empobrecidas; e 3) o ofício ligado à terra e às águas, representado nos desenhos por rios, pescados e roças, demonstra que a relação de subsistência a partir do que o território e seus biomas oferecem dá contorno à existência dessas mulheres, em uma relação que ainda consegue preservar modos de vida 'fora' da lógica capital ou que fissura essa lógica.

Entendemos, inclusive, que, por isso, esses modos de vida são alvo de múltiplas violações e mortes, porque, para o sistema, só pode existir um modo de viver: o capitalismo em sua monocultura da vida (Núñez, 2021). Por fim, é importante ressaltar que, em alguns desenhos, expressa-se uma sensação de adoecimento, de necessidade de resistir diante de um contexto de naturalização de violências e violações estruturais e cotidianas que insistem em fragilizá-las e, no limite, matá-las. O desdobramento do uso dessa metodologia é dar sequência ao envolvimento com essas mulheres, cocriando estratégias de fortalecimento de seus corpos e apostando na invenção conjunta de modos de cuidado coletivo entre mulheres em seus territórios. Com elas, entendemos que a invenção desses modos de cuidar e a insistência de escavacar momentos de cuidado em meio a cotidianos áridos é um modo de resistir necessário, urgente e prenhe de possibilidades: cuidar de si entre mulheres, polinizarmo-nos — a força mais delicada.

"A territorialização implica um permanente processo de vir a ser" (Coradin; Oliveira, 2024, p. 8). A experiência de delinear esse contorno corporal, ampliando as aberturas e porosidades, inaugura novos territórios existenciais, num pesquisar a si mesma indissociável de um movimento de tornar-se, num cuidar de si mesmas que acompanha um cuidar dos outros. Nesse sentido, mapear corpos-territórios rompe com ideias individualizantes de cuidado, pois desenhar o território no corpo explicita, em ato, que olhar para dentro não é fechar os olhos para o entorno. Pelo contrário, olhar para si entre mulheres é apenas mais uma maneira de tocar o mundo, de tecer mundos, de nos envolver, sentir e firmar pertencimentos. Assim, finalizamos articulando a ideia de corpo-território com a de território existencial (Guattari; Rolnik, 2000): nossos corpos tornam-se no e com o território. Nossas subjetividades são geografias. Se pertencemos a algo, é aos nossos territórios vivos, pulsantes, em criação de si e de mundos. Nosso corpo é território de mulheridades.

Referências

BLASER, Mario. Uma outra cosmopolítica é possível? **Revista de @ntropologia da UFSCar**, [s. l.], 10 (2), p.14-42, jul./dez. 2018.

BISPO, Nego. Somos da terra. **Piseagrama**, Belo Horizonte, número 12, 2018. Recuperado de: https://piseagrama.org/artigos/somos-da-terra/

CABNAL, Lorena. Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala. In: LAS SEGOVIAS. **Feminismos diversos**: el feminismo comunitário. Barcelona: ACSUR, 2010. p. 11-25.

CORADIN, Cristiane; OLIVEIRA, Simone Santos. Contribuições do conceito de corpo-território e dos feminismos comunitários para pensarmos na construção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 48, n. Especial 1, p. e8731, ago. 2024.

CRUZ, Delmy *et al*. **Mapeando el cuerpo territorio**: guia metodológica para mujeres que difienden sus terriotorios. Quito: Colectivo Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo; 2017.

GAGO, Verônica. **A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo**. São Paulo: Elefante, 2019.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 2000.

HARAWAY, Donna. **Ficar com o problema**: fazer parentes no chthluceno. São Paulo: n-1 edições, 2023.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019. p. 277-302.

FEDERICI, Silvia. **Mulher e a caça às bruxas**. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2022.

FEDERICI, Silvia. **Reencantando o mundo**: feminismo e a política dos comuns. Tradução do Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2022.

FLORES, Bárbara. **Mulheres e povos rumo ao bem-viver**: por um ecofeminismo comunitário. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2023.

IBÁÑEZ, Mario Rodríguez (2016). Ressiginificando a cidade colonial e extrativista: bem viver a partir de contextos urbanos. In: Dilger, Gerhard, Lang, Miriam & Pereira Filho, Jorge (orgs.). **Descolonizar o imaginário**: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo.

LATOUR, Bruno. **Onde aterrar?** Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

LE GUIN, Ursula. **A ficção como cesta**: uma teoria. Título original: The Carrier Bag Theory of Fiction In: Dancing at the Edge of the World – Thoughts on Words, Women, Places. Ed. Grove Press. Tradução: Priscilla Mello. Revisão: Ellen Araujo e Marcio Goldman, 1989.

MELLO, Matthews; ROSA, Natália; PIEROZAN, Vania. Comunica PARMIS: Plano de Avaliação e Revisão da Mitigação de Impactos Socioambientais: Boletim 3. **Vulnerabilidade Sociambiental**. Rio Grande: Ed. Da FURG, 2023. E-book(30p.), Disponível em: https://repositorio.furg.br/handle/123456789/11226

MIES, Maria; SHIVA, Vandana. **Ecofeminismo**. Tradução de Helena Martins. São Paulo: Elefante, 2019.

MOVIMENTO DAS MARISQUEIRAS DE SERGIPE. **Guardiãs do mangue:** memória marisqueira. Aracaju: Infographics, 2025.

NÚÑEZ, Geni. Monoculturas do pensamento e a importância do reflorestamento do imaginário. **Revista ClimaCom**, ano 8, n. 21, 2021.

PAIM, Elisangela Soldateli; FURTADO, Fabrina; FAUSTINO, Cristiane. Contribuições políticas e epistemológicas de mulheres em defesa do território-corpo-terra-águas. In: PAIM, Elisangela Soldateli; FURTADO, Fabrina

Pontes (Org.). **Mulheres em defesa do território corpo terra águas**. São Paulo: Editora Funilaria, 2024. Disponível em: https://rosalux.org.br/wp-content/uploads/2024/10/Mulheres-corpo-agua-web-27-10.pdf .

ROLNIK, Suely. Pensamento, corpo e devir: uma perspectiva ético/estético/política no trabalho acadêmico. **Cadernos de Subjetividade**, 1(2), 1993, 241-251.

ROLNIK, S. **Esferas da insurreição**: notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: n-1 edições, 2018.

STENGERS, Isabelle. **Uma outra ciência é possível**: manifesto por uma desaceleração das ciências. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2023.

VASCONCELOS, Michele; CARDOSO, Lívia; LAZZAROTTO, Gislei. Mariscagem, Extensão Universitária e Academia-Mangue: experimentações cosmopolíticas de um mundo a compartilhar. **Conecte-Se! Revista Interdisciplinar de Extensão**, v. 8 n. 17. Dossiê Práticas, Pesquisas e Extensão: O Mundo Que Queremos - Eu, Você, Nós! pp. 76-97, 2024 https://doi.org/10.5752/P.2594-5467.2024v8n17p76-97.

VASCONCELOS, Michele; LAZZAROTTO, Gislei; PAULON, Simone; OLIVEIRA, Sandra. Costura político-clínica por um cuidado feminista: relato de experiência. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, [S. l.], v. 22, n. 4, p. 1752–1773, 2022.

WANDEKOKEN, Kallen; DALBELLO-ARAUJO, Maristela; SODRÉ, Francis (2021). "EnCAPSulados": autonomia e dependência no processo de trabalho em CAPSad. **Fractal**, Revista de Psicologia, 33(2), 2021, 100-107. https://doi.org/10.22409/1984-0292/v33i2/5793.

Recebido em setembro de 2025.

Aceito em maio de 2026.